



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para solicitar seus bons préstimos no sentido de proceder a substituição da lista com as indicações do Partido Democrático Trabalhista (PDT), enviada através do Ofício nº 068/95, datado de 06 de março.

Pedimos a especial gentileza de que, em função de alterações posteriores, a relação anteriormente enviada seja desconsiderada, passando a prevalecer a que lhe

encaminhamos em anexo.

Certos de podermos contar com a sua costumeira atenção, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ROSSONI

Líder do PDT

COMISSÕES PERMANENTES - INDICAÇÕES DO PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- MEMBROS EFETIVOS
 - Walmor Trentini
 - Valdir Rossoni
 - Antonio Belinati
- SUPLENTE
 - Edno Guimarães
 - Algaci Túlio
 - Nelson Tureck

COMISSÃO DE FINANÇAS

- MEMBRO EFETIVO
 - Milton Puppio
- SUPLENTE
 - Edno Guimarães

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- MEMBRO EFETIVO
 - Walmor Trentini
- SUPLENTE
 - Edno Guimarães

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- MEMBRO EFETIVO
 - Edno Guimarães
- SUPLENTE
 - Milton Puppio

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- MEMBRO EFETIVO
 - Milton Puppio
- SUPLENTE
 - Edno Guimarães

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

- MEMBRO EFETIVO
 - Walmor Trentini
- SUPLENTE
 - Antonio Belinati

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- MEMBRO EFETIVO
 - Milton Puppio
- SUPLENTE
 - Luiz Acorsi

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- MEMBRO EFETIVO
 - Edno Guimarães
- SUPLENTE
 - Walmor Trentini

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

- MEMBRO EFETIVO
Luiz Acorsi
- SUPLENTE
Antonio Belinati

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- MEMBRO EFETIVO
Walmor Trentini
- SUPLENTE
Milton Puppio

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

- MEMBRO EFETIVO
Luiz Acorsi
- SUPLENTE
Antonio Belinati

COMISSÃO DE TURISMO

- MEMBRO EFETIVO
Nelson Tureck
- SUPLENTE
Walmor Trentini

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

- MEMBRO EFETIVO
Algaci Túlio
- SUPLENTE
Edno Guimarães

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- MEMBRO EFETIVO
Antonio Belinati
- SUPLENTE
Valdir Rossoni

INDICAÇÃO

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao artigo 11, Inciso IV do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, estamos indicando o Deputado BETO RICHIA, para membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, ficando este Deputado como membro Suplente.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para reiterar os protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) CEZAR SILVESTRI
Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente,

Pelo presente, e na qualidade de Presidente do BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA BRASILEIRO, venho à presença de V.Exa. com o objetivo de informar os nomes dos Deputados componentes das diversas comissões permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) NELSON JUSTUS
Líder do PTB

1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular : NELSON JUSTUS
Suplente: JOCELITO CANTO
Titular : EDUARDO TREVISAN
Suplente: MARCOS ALVES

2.1 - COMISSÃO DE FINANÇAS
Titular : NELSON JUSTUS
Suplente: EDUARDO TREVISAN

2.2 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO
Titular : NELSON JUSTUS
Suplente: EDUARDO TREVISAN

2.3 - COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Titular : EDUARDO TREVISAN
Suplente: LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

2.4 - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
Titular : MARCOS ALVES
Suplente: JOCELITO CANTO

2.5 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Titular : EDUARDO TREVISAN
Suplente: MARCOS ALVES

2.6 - COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
Titular : JOCELITO CANTO
Suplente: MARCOS ALVES

2.7 - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Titular : LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Suplente: JOCELITO CANTO

2.8 - COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
Titular : JOCELITO CANTO
Suplente: EDUARDO TREVISAN

2.9 - COMISSÃO DE REDAÇÃO
Titular : NELSON JUSTUS
Suplente: EDUARDO TREVISAN

2.10- COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
Titular : LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Suplente: EDUARDO TREVISAN

2.11- COMISSÃO DE TURISMO
Titular : JOCELITO CANTO
Suplente: MARCOS ALVES

2.12- COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Titular : MARCOS ALVES
Suplente: JOCELITO CANTO

2.13- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Titular: NELSON JUSTUS
Suplente: JOCELITO CANTO

INDICAÇÃO

Senhor Presidente,

Através do presente, venho a Vossa Ex-

celência no sentido de indicar os membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Paraná para o próximo biênio, conforme relacionado abaixo:

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ÉLIO RUSCH

Líder do PFL

- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular : CARLOS SIMÕES

Suplente: ÉLIO LINO RUSCH

Titular : BASÍLIO ZANUSSO

Suplente: PLAUTO M. GUIMARÃES FILHO

- COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular : ÉLIO LINO RUSCH

Suplente: CARLOS SIMÕES

- COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular : PLAUTO M. GUIMARÃES FILHO

Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

- COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular : RENY BORSATTO

Suplente: PLAUTO M. GUIMARÃES FILHO

- COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular : RENY BORSATTO

Suplente: CARLOS SIMÕES

- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular : BASÍLIO ZANUSSO

Suplente: RENY BORSATTO

- COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular : RENY BORSATTO

Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

- COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular : CARLOS SIMÕES

Suplente: ÉLIO LINO RUSCH

- COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular : BASÍLIO ZANUSSO

Suplente: RENY BORSATTO

- COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular : CARLOS SIMÕES

Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

- COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular : PLAUTO M. GUIMARÃES FILHO

Suplente: ÉLIO LINO RUSCH

- COMISSÃO DE TURISMO

Titular : ÉLIO LINO RUSCH

Suplente: CARLOS SIMÕES

- COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular : PLAUTO MIRÓ

Suplente: RENY BORSATTO

- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular : ÉLIO LINO RUSCH

Suplente: PLAUTO MIRÓ

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O presente instrumento visa levar ao conhecimento de V.Exa., a decisão da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, a respeito da composição da Liderança e participação nas Comissões Permanentes desta Casa, na forma do § 2º do art. 10 e do art. 31 do Regimento Interno, que assim são indicados.

Sala-das Sessões, em 07.03.95.

(aa) ANGELO VANHONI

Líder da Bancada do PT

PERICLES DE HOLLEBEN MELLO

Vice-Líder

COMISSÕES PERMANENTES

01. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Efetivo : Dep. EMERSON NERONE

Suplente: Dep. FLORISVALDO FIER - DR. ROSINHA

02. COMISSÃO DE FINANÇAS

Efetivo : Dep. FLORISVALDO FIER - DR. ROSINHA

Suplente: Dep. ANGELO VANHONI

03. COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Efetivo : Dep. ANGELO VANHONI

Suplente: Dep. EMERSON NERONE

04. COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Efetivo : Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO

Suplente: Dep. PERICLES DE H. MELLO

05. COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Efetivo : Dep. PERICLES DE H. MELLO

Suplente: Dep. FLORISVALDO FIER - DR. ROSINHA

06. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Efetivo : Dep. PERICLES DE H. MELLO

Suplente: Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO

07. COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Efetivo : Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO

Suplente: Dep. FLORISVALDO FIER - DR. ROSINHA

08. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Efetivo : Dep. ANGELO VANHONI

Suplente: Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO

09. COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Efetivo : Dep. FLORISVALDO FIER -

DR. ROSINHA

Suplente: Dep. PÉRICLES DE H. MELLO

10. COMISSÃO DE REDAÇÃO

Efetivo : Dep. PÉRICLES DE H. MELLO
Suplente: Dep. EMERSON NERONE

11. COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Efetivo : Dep. FLORISVALDO FIER -
DR. ROSINHA
Suplente: Dep. EMERSON NERONE

12. COMISSÃO DE TURISMO

Efetivo : Dep. ÂNGELO VANHONI
Suplente: Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO

13 COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Efetivo : Dep. IRINEU MÁRIO COLOMBO
Suplente: Dep. ÂNGELO VANHONI

14. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Efetivo : Dep. FLORISVALDO FIER -
DR. ROSINHA
Suplente: Dep. PÉRICLES DE H. MELLO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTAÇÃO EM BLOCO do item 02, Proposição n° 121/94; item 03, Proposição n° 123/94; item 04, Proposição n° 124/94 e item 05, Proposição n° 125/94, da Ordem do Dia de hoje (07/03/95).

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada, por 10 sessões, da Proposição n° 121/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, da Proposição n° 120/94, item n° 01.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada, por 10 (dez) sessões, da Proposição n° 124/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, com base nos artigos 13 e 14 do Regimento Interno comunicam à Mesa, a criação do Bloco Parlamentar Trabalhista Brasileiro, constituído pelos partidos do PTB e PSC., com assento nesta Casa de Leis, sob a liderança do Senhor Deputado Nelson Justus.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(aa) ANIBAL KHURY, EDUARDO TREVISAN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON JUSTUS, MARQUINHOS ALVES e JOCELITO CANTO.

REQUERIMENTO N° 243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a indicação de um membro deste Poder para compor a Missão Empresarial, com destino a feira de HANNOVER (feira industrial) de Milão (feira moveleira), e visitas a indústrias do setor moveleiro, metal-mecânica e participação em seminários, nas cidades de Roma, Veneza, Nice, Principado de Mônaco-Cannes e Paris, no período de 01 a 21 de abril do corrente.

Esclarecemos que tal missão Empresarial contará com a presença de mais de 400 empresários do Paraná, sendo cerca de 100 somente do Sudoeste.

A Coordenação da missão está a cargo do CITPAR, CEXPAR, SEIC, FIEP, COPEL, BANESTADO, BNDE e Banco do Brasil.

Outrossim, salientamos que a convite dos organizadores do evento, além dos empresários convidados, também o Senhor Governador Jaime Lerner, fará palestra no 6° Seminário Brasil - Alemanha de Cooperação Internacional no dia 05 de abril do corrente.

Esperamos, finalmente, que esta colenda Casa pelos motivos expostos, indicará um de seus membros para participar deste importante evento, contamos com a aprovação pelo douto Plenário.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N° 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de votos de congratulações à Associação Cultural e Esportiva de Londri-

na - ACEL, pela conquista da honrosa missão de sediar o II Campeonato Mundial de Beisebol Juvenil a realizar-se no período de 22 de julho a 06 de agosto do corrente ano, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O II Campeonato Mundial de Beisebol Juvenil, a exemplo do último mundial desta modalidade realizada em Londrina, não só trará desenvolvimento deste esporte, mas também divulgará o Paraná e Londrina a nível nacional e mundial.

A realização de um evento como este, demonstra a organização, a força dos dirigentes e o respeito adquirido pela organização de um evento mundial. Com mais este Campeonato Mundial, Londrina através da ACEL., comprova que nosso País está preparado e qualificado para a realização de outros eventos do mesmo nível.

O município de Londrina, a ACEL, a Federação Paranaense de Beisebol e Softbol demonstram ao mundo sua capacidade de organização, luta e garra ao realizar este importante encontro.

REQUERIMENTO N° 232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 30° aniversário da revista "Paraná em Páginas".

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Geral da revista, jornalista Cândido Gomes Chagas, através de correspondência a ser encaminhada à rua Augusto Stelfeld, 70 CEP: 80410-140, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A revista que ora cumprimos, completa 30 anos de circulação ininterrupta, um fato marcante num país onde tantos veículos de comunicação com a mesma proposta, surgiram e desapareceram neste mesmo período. Ao ser fundada, em 1965, "Paraná em Páginas" recebeu inúmeras manifestações de apoio e incentivo, manifestações estas que se seguiram ao longo dos anos, principalmente por suas posições marcantes em relação aos fatos registrados, analisados e julgados com imparcialidade pela revista, através de seu Diretor Geral, Cândido Gomes Chagas. Também merecem os cumprimentos, redatores, repórteres, fotógrafos e demais funcionários que contribuem para o sucesso de "Paraná em Páginas".

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à revista "Paraná em Páginas", pelo transcurso de seus trinta anos de mensal e ininterrupta circulação.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Jornalista Cândido Gomes Chagas, diretor geral daquele veículo (Rua Augusto Stelfeld, 70 Curitiba/PR).

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Em março de 1965, circulou a primeira edição de "Paraná em Páginas", iniciativa do jornalista Cândido Gomes Chagas ao lado dos senhores Joaquim dos Santos Filho e Victor Geha (in memoriam), com editorial que iniciava desta forma: "Entregamos, hoje, aos leitores o primeiro número da revista 'Paraná em Páginas'. Não seríamos nós, preservadores e respeitadores de tudo quanto na vida está equiparado a tradição, os precursores de um desrespeito a essa figura que serve para refrear costumes, incentivar conquistas e orientar caminhas de futuras gerações.

Assim é que, como fizeram dezenas de revistas que se editam nas mais longínquas cidades brasileiras, agora oficializamos nossa apresentação."

Mais adiante, dizia o editorialista: "'Paraná em Páginas' surge num instante significativo da vida nacional. E sendo etapa aguda brasileira, naturalmente reflexos dessa natureza sobram ao nosso Estado. Procuraremos, através da grande arma que se chama informação, cooperar para o encontro de dias melhores, de realizações mais objetivas, de conquistas menos superficiais."

E com satisfação que registramos, nesta data, nos Anais do Poder Legislativo a responsabilidade e a dedicação com que "Paraná em Páginas" se desencumbiu de tal compromisso nos últimos 30 anos da vida paranaense.

Ao fazer tal registro, é imprescindível declinar o nome do principal responsável por esse destaque na imprensa paranaense e referência no âmbito nacional: Cândido Gomes Chagas. Esse bravo jornalista que enfrenta com seriedade a tarefa de, no primeiro dia útil de cada mês, fazer chegar a milhares de paranaenses edição da revista.

Em reconhecimento ao respeito conquistado pela revista junto a nossa população e, inclusive, fora do Estado do Paraná, é que propomos à Assembléia Legislativa o presente voto de congratulações a "Paraná em Páginas".

REQUERIMENTO N° 218

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do terminal do Maracanã - Colombo, os quais solicitam uma melhor organização nas filas dos ônibus.

É necessário a presença de fiscais, tendo em vista que ninguém respeita as filas, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 219

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos alunos e funcionários do Colégio Estadual Jardim Urano, localizado na Rua 1° de Maio - Vila São Pedro, os quais solicitam seja colocado um bebedouro nesse colégio.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que será de grande valia para todos.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 220

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido das mães dos alunos da Escola Municipal Coronel João Cândido de Oliveira, situada na Rua João Antunes de Lara n° 50 - Almirante Tamandaré, as quais solicitam uma fiscalização na linha Tamandaré - Cachoeira, sendo que os ônibus estão correndo muito.

Como há muitos alunos que trafegam pela rua e utilizam esse ônibus, é necessário que a velocidade seja diminuída a fim de evitar-se algum acidente que possa ocorrer.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 221

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado nos fundos da Rua José Spake n° 103, Vila Silka.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades uma vez que o terreno está cheio de aranhas, lixo e mato, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 222

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores à Rua Dois - Bairro Tanguá, os quais solicitam que o caminhão de lixo recolha o lixo que vem se acumulando no bairro. Há 15 (quinze) dias que o caminhão não passa por lá, o lixo está sendo depositado nas ruas, exalando um mau cheiro insuportável, além de ocorrer a proliferação de animais nocivos à saúde.

Pedem urgência no atendimento, tendo em vista a situação encontrar-se muito crítica.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de tomar providências quanto ao desentupimento das valetas localizadas na Rua Euclides Bandeira - Vargem Grande, em frente do n° 36, as quais se encontram em péssimas condições. Com as enchentes as manilhas foram retiradas e os detritos da residência do endereço acima não têm escoamento provocando um mau cheiro insuportável.

Pede-se urgência no atendimento desse pedido, tendo em vista a gravidade do problema.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 224

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura

Municipal de Colombo, no sentido de providenciar a troca das placas com os nomes das ruas antigas pelas placas com os nomes corretos.

Ocorre que a Rua Rio Grande do Norte foi mudada para Rua Fortaleza há mais ou menos 03 (três) anos e até a presente data, a placa indicativa não foi trocada, causando muitos transtornos a todos, principalmente com a entrega de correspondências.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 225

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores à Rua 1, Quadra 1, localizado no Nemari IV, os quais solicitam iluminação, bem como a limpeza dessa rua.

Pedem que a Prefeitura providencie esses benefícios uma vez que será de grande valia para a comunidade.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 226

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José do Pinhais, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo na Rua Padre Anchieta, ao lado do n° 505 - Vila Centenário do Sul, quanto um valetão lá existente. Ocorre que os bueiros dessa rua foram fechados durante o asfaltamento da rua e o esgoto corre a céu aberto, ficando depositado em frente ao endereço citado, causando um mau cheiro insuportável, além da proliferação de moscas e animais nocivos à saúde da população.

Pede-se providências urgentes, tendo em vista a situação crítica estar se agravando a cada dia.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 227

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Simon Domakoski, proximidades do n° 228, Jardim Planalto - Almirante Tamanda-

rê, os quais solicitam a colocação de um aparelho telefônico público nessa rua. Afirmam eles, que no local não há telefone público, dificultando sobremaneira a vida de todos.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 228

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro São Braz, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público na Rua José Tomazi, proximidades do n° 30.

Afirmam eles, que no local não há um telefone, o qual vem fazendo muita falta para toda a população.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 229

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, requer à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando que o mesmo informe qual o montante de recursos do Orçamento do Estado, no ano de 1994, que foram repassados para o Município de Sarandi, especificando os valores, as datas de repasse e as áreas de utilização dos recursos.

Cabe destacar que as referidas informações destinam-se a esclarecimento público, conforme reivindicação de munícipes da sobredita cidade.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) EMERSON JOSE NERONE

REQUERIMENTO N° 230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando determinações aos comandos da Polícias Militar e Civil do Paraná, no sentido de aumentar os trabalhos de policiamento preventivo junto aos municípios situados à margem do Lago ITAIPU, protegendo a população com respeito ao contrabando, roubo de carros e tráfico de drogas.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) SERGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando o início de uma série de providências que estão sendo tomadas pelo

Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, no sentido de oferecer mais segurança e proteção à população de nosso Estado; e, considerando ser esta uma grande preocupação dos moradores da região do Lago de ITAIPU, que vivem, diariamente, momentos de expectativa, quando traficantes, ladrões e contrabandistas estão se tornando cada dia mais ousados, colocando em risco a segurança de homens, mulheres e crianças, moradores dos municípios lindeiros, em função do grande fluxo de turistas e também do aumento da população flutuante existente nestes municípios; o Deputado que o presente subscreve, sentindo-se responsável pela segurança dos moradores da região que o ajudaram a se eleger, vem requerer a intensificação do policiamento preventivo das Polícias Civil e Militar, junto a estes municípios, para se evitar a passagem de carros roubados no Brasil (principalmente no Paraná) pelas fronteiras do Paraguai/Argentina; e, também prevenir o tráfico de drogas e o contrabando - este último feito descaradamente na Ponte da Amizade - que tem caracterizado aquela região.

E finalmente, cumprimentando o Sr. Secretário Dr. Cândido Martins de Oliveira, que já anunciou pela imprensa que não dará trêgua aos bandidos, crendo este Deputado, portanto, que melhores dias virão pela frente, quanto a segurança do Paraná.

REQUERIMENTO N° 233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, solicitando estudos de viabilidade para construção de sistema de dragagem no Rio do Campo no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento a finalidade de atender justa reivindicação da Associação de Moradores dos Jardins Ipê, Damasco e Fernandes-DAMFERI, do Município de Campo Mourão, que solicita à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, estudos de viabilidade para construção de sistema de dragagem no Rio do Campo, que devido as últimas chuvas encheu-se de entulhos, principalmente de terra que foram levados pela erosão, alagando as residências das suas imediações trazendo inúmeros transtornos, principalmente doenças e impossibilitando também o cultivo da terra.

Assim sendo, Parlamentar espera que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do seu titular, venha atender essa

justa reivindicação da comunidade de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftig, solicitando o envio de dois computadores 486, dois monitores Super VGA e duas impressoras para o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Educação no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento a finalidade de atender justa reivindicação do Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Educação do Município de Goioerê, na qual deseja o envio por parte da Secretaria de Estado da Educação de dois computadores 486, dois monitores Super VGA e duas impressoras para aquele Núcleo.

O dia-a-dia daquele Núcleo exige elaboração e reprodução de textos que servem como subsídios para as práticas pedagógicas dos professores do município de Goioerê e dos jurisdicionados.

Assim sendo, aquele Núcleo espera que a presente solicitação venha a ser acolhida pelo Titular da Pasta da Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO N° 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado dos Transportes solicitando a realização da ligação asfáltica entre BR-277 e a sede do Município de Diamante do Sul.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A realização da ligação asfáltica acima referida beneficiará a população de Diamante do Sul, que atualmente encontra-se praticamente isolada devido ao péssimo acesso entre a BR-277 e o município. A ligação asfáltica irá trazer o desenvolvimento econômico para Diamante do Sul e região, gerando mais empregos e aumento da qualidade de vida da população. Esta é uma reivindicação de toda a comunidade de Diamante do Sul, manifestada pelos Vereadores daquele município, durante o Encontro Regional dos Vereadores do Oeste.

REQUERIMENTO N° 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado ao Comando da Polícia Militar em Curitiba e Irati, e ao Comando da Polícia Rodoviária Estadual em Curitiba e Irati, moção de aplausos aos valorosos soldados: Cb Ubiratan e Sd Mikaldo, da Polícia Rodoviária Estadual, do Destacamento de Irati; e Cb Edson, Sd Jair Zinco e Sd Antonio, do Destacamento da PM/Imbituva - 2ª Cia, 11º BPM, pelos relevantes serviços prestados naquelas corporações.

Ocorre que, no dia 18 de fevereiro do ano em curso, os valorosos Policiais já nominados, empreenderam perseguição a perigosos assaltantes, que há muito vinham aterrorizando e assaltando passageiros dos automóveis (mormente os estrangeiros), que trafegavam pela BR-153, nas proximidades do Km.34.

Numa perseguição cinematográfica de aproximadamente 40 Km., houve troca de tiros e, por fim, nossos soldados detiveram os três elementos de alta periculosidade, procurados pela Justiça de Rondonia e outros Estados. A quadrilha estava equipada com armamento e rádio na frequência da polícia.

Nossos valores policiais, muito embora sem os recursos materiais necessários, prestarem relevantes serviços às comunidades, dignificando a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário dos Transportes, Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, solicitando recursos financeiros para obras de pavimentação e de galerias pluviais, na perimetral Vital Brasil, no Município de Araruna.

Trata-se de convênio entre a SETR e a Prefeitura do Município. Ocorre, que os serviços de galerias de águas pluviais ficaram a cargo do Município, porém com a necessidade da execução de aterro com altura aproximada de 20 metros, prevê-se, também a necessidade de colocação de 45 unidades de tubos de concreto ovóides com dimensões de 1,76m x 1,26m, para suporte deste aterro e canalização destas águas, visto tratar-se de captação de grandes volumes de águas pluviais, em períodos de chuvas torrenciais.

O trecho em questão é de fundamental importância, haja vista que é o contorno para desvio do tráfego pesado no Município de Araruna. Urge providências neste sentido.

Curitiba, terça, em 07.03.95

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Art. 1º - Fica regulamentado nos termos dos artigos 23, II e 24, XII da Constituição Federal, o artigo 53, XVI e XVII, em consonância com o artigo 172, § 2º da Constituição Estadual, que toda e qualquer despesa que o Sistema Único de Saúde (SUS) tiver no atendimento a saúde do segurado ou seu beneficiário de qualquer sociedade seguradora ou congênere, estadual ou municipal, seja no âmbito médico, hospitalar, ambulatorial ou laboratorial, será reembolsado pela instituição seguradora ou entidade congênere, que deveria prestar serviços, então prestados pelo SUS.

§ 1º - O valor do reembolso de despesas referido no "caput" desse artigo corresponde ao fixado pelos órgãos federais reguladores do seguro-saúde e das demais modalidades de medicina de grupo e cooperativas, observando ainda o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/90.

§ 2º - Para o recebimento do valor devido nos termos do art. 1º, serão adotados, isolada ou cumulativamente os seguintes procedimentos, tanto pelas unidades de saúde da rede pública, estadual e municipal, da administração direta, indireta e fundacional, como pelos estabelecimentos do setor privado conveniados ou contratados pelo Estado ou Município:

I - Comunicação ao gestor público do SUS que pacientes que gozam do direito de seguro-saúde, de qualquer natureza encontram-se fazendo uso dos serviços médico-hospitalar-laboratorial, sem a cobertura do referido seguro;

II - Registro na ficha do paciente da condição de beneficiário de seguro-saúde ou outra modalidade assistencial de medicina de grupo e cooperativas, com dados que permita identificar a entidade seguradora;

III - Assinatura, pelo paciente ou seu representante, de documento de transmissão ao Estado ou ao Município do direito de reembolso de despesas médico hospitalar-laboratorial somente pagáveis ao paciente; e

IV - Assinatura pelo paciente ou seu representante, de documento comprobatório da assistência médico-hospitalar-laboratorial recebida.

Art. 2º - Para efeito do reembolso de despesas pela sociedade seguradora ou congêneres, o dirigente da unidade ou entidade pública de saúde, depois da liberação do paciente, emitirá documento hábil destinado à entidade seguradora, com descrição dos procedimentos assistenciais realizados e respectivos custos, acompanhado dos documentos mencionados nos incisos III e IV do artigo 1º, parágrafo 2º, para fins de recebimento do reembolso.

Parágrafo Único - As unidades de saúde da administração direta do Estado e dos municípios promoverão as medidas referidas neste artigo por meio do órgão competente do Estado ou do Município, cabendo as entidades da administração indireta e fundacional do Estado e dos municípios promovê-las diretamente.

Art. 3º - Quando a assistência médica, hospitalar ou ambulatorial e laboratorial for prestada por estabelecimento privado integrante por convênio ou contrato do SUS, o dirigente do estabelecimento privado, fará ao dirigente do SUS, que firmou o convênio ou o contrato, a comunicação da assistência prestada, com os elementos previstos no parágrafo 2º do art. 1º, para que a autoridade pública promova as medidas previstas no artigo 2º.

Parágrafo Único - Quando a entidade particular conveniada ou contratada, negar-se a cumprir o disposto, será a responsável pelo reembolso ao órgão público gestor do SUS.

Art. 4º - A receita gerada no âmbito do SUS, pelo reembolso de despesas, prevista nesta lei, será considerada recursos de outras fontes para o financiamento do sistema, conforme dispõe a Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8080/90) e terá gestão própria da administração direta, fazendo parte do respectivo Fundo de Saúde, Municipal ou Estadual.

Art. 5º - Observada a legislação federal que regula os seguros privados e fixa os limites da cobertura dos riscos de assistência médica-hospitalar-laboratorial atribuídas às entidades seguradoras, fica o dirigente estadual do SUS autorizado a estabelecer condições adequadas para aplicação desta lei.

CAPÍTULO II

Dos Novos Contratos

Art. 6º - As empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres, para atuarem no Estado do Paraná, estão obrigadas a obterem registro junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA);

§ 1º - Para concessão do registro a SESA levará em consideração, entre outros parâmetros, registro no Conselho Regional de Medicina, a adequação dos contratos, planos de saúde e condições de serviços oferecidos, às normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e a legislação dos direitos do consumidor.

§ 2º - As empresas que ofereçam contratos com cláusulas consideradas abusivas no tocante a prazos de carências, exclusões, restrições, expressões vagas, limites e critérios de reembolso e outros, terão seu registro negado, e não poderão exercer suas atividades no Estado do Paraná.

§ 3º - A regulamentação do disposto neste artigo será feito dentro de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei, por comissão, com esta única finalidade, designada pelo Conselho Estadual de Saúde.

CAPÍTULO III

Dos Contratos em Vigor

Art. 7º - No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o exercício do direito público subjetivo a saúde é garantido pela universalização do acesso, pelo atendimento igualitário e pela gratuidade da assistência médica e hospitalar prestada nos órgãos e instituições públicas, estaduais e municipais da administração direta, indireta e fundacional, e nos estabelecimentos privados que integram o sistema mediante convênio ou contrato.

Art. 8º - A gratuidade da assistência médica, hospitalar e laboratorial é vinculada ao indivíduo, vedando-se-lhe a cobrança de despesas e taxas a qualquer título.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização

Art. 9º - As empresas privadas que oferecem Planos de Saúde e Assistência Médica Complementar, que atuam no Estado do Paraná, terão suas atividades autorizadas, regulamentadas e fiscalizadas pela SESA, via Conselho Estadual de Saúde.

Art. 10 - A SESA procederá a fiscalização das entidades já existentes autorizando ou não a manutenção das suas atividades no Estado.

Art. 11 - Toda entidade hospitalar ou não, reconhecida por lei como filantrópica, no Estado do Paraná, ao constituírem qualquer tipo de modalidade de seguro ou cooperativa médica terão sua condição de

filantrópico automaticamente anulada.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 13 - A empresa que não reembolsar a cobrança efetuada pelo SUS - Estado ou municípios - terão seus contratos suspensos, até que tal débito seja saldado, com a devida correção monetária.

CAPÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Quando o Poder Público investe recursos, representados pelas despesas com material, medicamentos e pessoal, até mesmo permitindo o desconto pelas empresas no Imposto de Renda, de recursos gastos com saúde, para atendimento a segurado de empresas privadas com fins lucrativos, está ferindo o disposto no artigo 172 parágrafo 2º da Constituição Estadual, vez que destina recursos públicos para preencher falha do setor privado, que obrigatoriamente teria que prestar atendimento ao segurado.

Hoje, cerca de 40% (quarenta por cento) dos recursos do SUS são gastos em procedimentos de alto risco, que representam apenas 3% (três por cento) do total de atendimento. Chamamos a atenção para o fato que geralmente são justamente estes procedimentos que não são pagos pelas empresas de seguro-saúde.

Portanto, enquanto de um lado há prejuízo para os cofres públicos, de outro, as empresas privadas se beneficiam, ao deixar de cumprir suas obrigações contratuais com segurados. Trata-se, ainda, de uma redução de verbas do SUS, que poderiam ser destinadas à promoção e recuperação da saúde de pessoas dramaticamente necessitadas.

Quanto a sua base constitucional e a conformidade com a legislação infraconstitucional baixada pela União, o presente projeto de lei se acha perfeitamente fundamentado. A competência para legislar sobre tal matéria é da Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 53, XVI e XVII, reforçado pelos artigos 23, II e 24, XII da Constituição Federal. Há ainda que se considerar a não infringência a garantia da gratuidade das ações e serviços de assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde, prevista na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080 de 19/09/90, artigo 43) e na Constituição do Estado, nem a competência material da União para

fiscalizar as operações de seguros e previdência privada para legislar sobre seguros (artigo 22, VII da Constituição Federal).

Isto porque:

A) A gratuidade se refere ao indivíduo e não à pessoa jurídica da seguradora, que acabaria por enriquecer-se ilicitamente ou no mínimo, sem causa jurídica e eticamente justificável.

B) A competência da União para tratar de seguros privados é pertinente exclusivamente a regulamentação desta modalidade de seguridade social, pertinente, por exemplo, à organização das sociedades seguradoras, aos tipos de seguro, às condições de contratações os valores e forma de ressarcimento ou indenização e o Projeto de Lei cuida, apenas, de reconhecer que o Estado e os municípios são aptos a receber aquilo que a seguradora pagaria ao setor privado por força do contrato de seguro-saúde, e que a dispensa do reembolso devido pela seguradora, em razão de assistência médica e hospitalar gratuitamente prestada pelos órgãos e entidades do SUS ao seu segurado, constitui omissão dos agentes do Poder Público na preservação do patrimônio da Seguridade Social e incentivo ao enriquecimento sem causa da entidade seguradora.

Noutras palavras, o Projeto de Lei não entra na seara privativa da União porque não está regulando o seguro-saúde nem o seguro obrigatório, mas apenas determinando que os órgãos, as instituições e os estabelecimentos da saúde integrantes do SUS recebam aquilo que os estabelecimentos privados receberiam da entidade por serviços de atendimento médico-hospitalar ao seu segurado ou beneficiário. Se a Lei Federal diz que a seguradora pagará ao prestante da assistência, pessoa física ou jurídica (artigo 130 DL 73/66), o valor convencionado das despesas, o que o projeto de Lei está dizendo é que a entidade seguradora deve por justiça e igualdade de tratamento, pagar aos órgãos, instituições e estabelecimentos integrantes do SUS. Essa determinação é absolutamente constitucional e legal.

C) O Estado tem, de acordo com o disposto nos artigos 13, XII da Constituição Estadual e 24 da Federal, parágrafos 2º e 3º, não só a competência suplementar para legislar sobre "Previdência social, proteção e defesa da saúde" - no caso de existirem normas gerais estabelecidas pela União - mas a competência legislativa plena, na hipótese de inexistir lei federal sobre normas gerais (como é o caso da matéria deste Projeto de Lei) e que não foi tratada pela Lei Federal 8080/90 nem por atos da Direção Nacional do SUS.

Vale ainda ressaltar que o Decreto-Lei

73/66 determina em seu artigo 130, que a sociedade seguradora pague, ao prestatante do atendimento médico hospitalar, pessoa física ou jurídica, não fazendo nenhuma restrição à pessoa jurídica (se pública ou privada) além de ter assegurado a livre escolha do médico e do hospital.

Do ponto de vista social, há que se considerar os milhares de paranaenses lesionados com a modalidade de seguro-saúde, que pensam, inicialmente, terem privilégio, até descobrirem que são vítimas. Pois as empresas seguradoras, na sua quase totalidade não cobrem patologias como: AIDS, meningite, doenças renais crônicas, etc., e internamento em Unidade de Tratamento Intensivo - UTI. Assim entra também como vítima o SUS, que cumprindo a sua obrigação cobre estas despesas, aumentando a lucratividade destes empresários.

No Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM), o engodo dos planos de saúde, suas limitações, armadilhas e sua propaganda enganosa, envolve cerca de 35 (trinta e cinco) milhões de brasileiros e submete a grande maioria dos médicos ao fogo cerrado. Com isto, segundo o Jornal do CFM, publicado em dezembro de 1993, o lucro das empresas seguradoras, nos últimos dois anos foi cerca de 3000% (três mil por cento). Percentual que não é atingido por nenhum outro setor empresarial no País.

Portanto, este Projeto de Lei cria a perspectiva de acabar com aludido escândalo, em nível estadual, ao mesmo tempo em que fundamenta e concretiza os parâmetros legais e constitucionais. Logo, para o bem do interesse público, solicitamos aos Senhores Deputados a aprovação desta Plano e Lei.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 036/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica acrescido ao art. 5º, da Lei Complementar nº 37/87, de 27 de outubro de 1987, o § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º - ...

§ 5º. Aplicam-se aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, após 20 anos de serviços, pelo RDT, o mesmo regime previsto na Lei nº 6.794, de 10 de novembro de 1976."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A inclusão ao art. 5º, da Lei Comple-

mentar nº 37/87, do § 5º, faz-se em obediência ao Princípio constitucional da Igualdade. Já que não prescinde de razão que profissionais da área de educação do Estado, no exercício de atividades idênticas recebam tratamento desigual no tocante ao direito de aposentadoria.

Através da presente medida, entendemos fazer justiça a uma parcela dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério que, quando da opção pelo Regime Diferenciado de Trabalho, já contavam com o tempo excedente de aposentadoria. E por outro lado, pretendemos por meio da apresentação deste Projeto amenizar os efeitos prejudiciais dos critérios adotados na Lei Complementar nº 37/87, àqueles em via de aposentar-se.

Pelo acima exposto, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares desta Casa para o projeto de lei em tela.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 029/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Será totalmente gratuito, em todo território paranaense, o acesso de todas as pessoas com idade superior a 65 anos, mediante apresentação de documento comprobatório, em locais de exibição cultural ou esportiva, promovida, co-promovida, patrocinada ou co-patrocinada pelo Governo do Estado.

§ 1º - Em nenhuma circunstância ou sob qualquer argumento, poderão as administrações dos locais das exposições previstas no Caput do Art. 1º cobrar qualquer taxa extra dos atingidos pelo disposto.

§ 2º - Caberá aos responsáveis pelos locais onde ocorram exposições, garantir a acomodação com conforto dos idosos beneficiados pela lei.

Art. 2º - As administrações ou gerências dos locais exibidores, cabe fazer respeitar o disposto na lei, afixando em locais plenamente visíveis, amplos cartazes e adesivos, informando o benefício legal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A aprovação desta proposição é reconhecer aqueles que muito deram de si para o progresso deste Estado, deste País.

São nossos pais, tios, avôs, bisavôs que, com idade avançada, e gozando da merecida aposentadoria, que em tempos idos

Pág. 14

ajudaram a construir tudo o que estamos hoje usufruindo e a dar continuidade.

Por que então não garantir-lhes um pouco mais de alegria ou lazer, gratuitamente?

Ao decorrer de toda sua existência o idoso sempre custeou seu acesso aos locais de exibição cultural ou esportiva, mesmo que promovidas pelo Estado. Hoje, ao contrário de outros mais avançados, o idoso parece, em sua grande maioria, predestinado a permanecer em casa, muitas vezes cercado em seu lazer.

Garantir-lhes a gratuidade no acesso, ao menos em locais onde ocorrem exibição cultural, esportiva e de lazer, é fazer honrar um compromisso que a sociedade tem com nossos antepassados. É prezar pelos idosos, fazendo também valer nossa condição humanitária, principalmente, com aqueles que não têm condições para custear momentos de lazer.

É oferecer tão pouco a quem já ofereceu tanto...

É dar o exemplo às iniciativas privadas que poderiam, além de vislumbrar lucros e promoções, agir coerentemente com nossa condição de cidadãos.

Ante sua finalidade social, exortamos os nobres Pares com assento nesta egrêgia Casa de Leis, que votem pela aprovação da propositura.

PROJETO DE LEI N° 030/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar área de terras, situada na Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes (fundos do Horto Florestal), no Município de Maringá, com a seguinte descrição:

"Lote de terras medindo 56.240m², ou 2,2 alqueires paulistas, identificado como lote n° 361-B, parte do lote n° 361, confrontando-se com o lote n° 351 no rumo NE 79°01'SO na distância de 315 metros, com os lotes 350 e 349 e parte do lote 349-A no rumo SO 8°39'NE na distância de 173,80 metros, com os lotes 355 e 360 (conhecido como Horto Florestal da Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes) no rumo SO 79°07'NE na distância de 345,00 metros e descendo o Córrego Borba Gato até encontrar a divisa com o lote n° 351, conforme consta do Registro de Imóveis da Comarca de Maringá".

Art. 2° - O Poder Executivo, fica ainda autorizado a determinar que a referida área seja considerada como Área de Preservação Permanente, bem como, a sua transferência para a Universidade Estadual de Maringá, incorporando-a ao seu patrimônio, e destinada às atividades de ensino e pesquisa daquela instituição.

Curitiba, terça, em 07.03.95

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos, tem por finalidade a desapropriação da área de terras n° 361-B, pelo Governo do Estado do Paraná, incorporando-a ao patrimônio da Universidade Estadual de Maringá, que, pelas suas funções e objetivos, garantirá a preservação da área, bem como a sua destinação de uso científico para ensino e pesquisa.

A presente medida, altamente significativa, encontra-se voltada aos interesses sociais, visando garantir a preservação de áreas importantes para a qualidade e melhoria de vida da população e, pretende impulsionar o desenvolvimento da pesquisa científica.

Sendo assim, apresentamos o presente projeto de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 031/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica modificada a redação do parágrafo 2° do artigo 16 da Lei n° 8.925, de 18.12.88, alterada pela Lei n° 11.017, de 28.12.94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - ...

§ 2° - O Departamento Estadual de Trânsito não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, excetuadas as embarcações, sem quitação integral do imposto vencido."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Na Lei n° 8.925/88, o parágrafo 2° do artigo 16 mencionava "prova de regularidade do IPVA" para a concessão de transferência de propriedade ou licenciamento do veículo.

A Lei n° 11.017/94, que introduziu alterações na anterior, refere-se à "quitação integral do imposto devido", sem o que não se concederá licenciamento ou transferência de propriedade.

Faz-se necessário modificar a expressão de "imposto devido" para imposto vencido, a fim de evitar que o proprietário de um veículo tenha que antecipar o pagamento do IPVA para poder transferi-lo,

arcando assim com uma despesa extraordinária que não estava prevista no seu orçamento.

PROJETO DE LEI N° 032/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Registrada sob n° 017 do Livro "A-01" de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, a Fundação Médico Assistencial de Capitão Leônidas Marques, preenche os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que, possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta desinteressadamente serviços à comunidade, não distribui dividendos ou gratificações à sua Diretoria e membros, nem qualquer remuneração, além de ser uma entidade já declarada de utilidade pública municipal, conforme Lei n° 412/88.

A documentação em anexo comprova soberamente o direito da Fundação Médico Assistencial de Capitão Leônidas Marques em obter a sua declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 033/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro a área de terras constituída pelo lote urbano n° 3 (três) da quadra 6-A, com 800 m² (oitocentos metros quadrados), com a respectiva edificação, localizada no referido município, havida por ocasião da própria Prefeitura através de escritura pública lavrada no Livro n° 5, às fls. 187/189, das Notas do Tabelionato de Marmeleiro, em 09 de julho de 1968.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, após a necessária ampliação, será destinado a abrigar o novo Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09 de julho de 1968, a Prefeitura Municipal de Marmeleiro, efetuou a doação ao Estado do Paraná do imóvel acima descrito, para instalação provisória do Posto de Saúde.

Entretanto, há mais de dez anos o Posto de Saúde foi transferido para outro imóvel, também de propriedade do Município, sendo que o bem ora solicitado encontra-se desocupado.

A Prefeitura Municipal necessita da doação, a fim de realizar obras de ampliação no prédio edificado no imóvel, que será utilizado para novas instalações do Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário para a população carente do município e região.

PROJETO DE LEI N° 035/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de "Escola Estadual Desembargador Jorge Andriguetto" a Escola Estadual Progresso, situada no Município de Fazenda Rio Grande-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, objetiva homenagear um dos homens mais honrados da Magistratura Paranaense.

Ao denominar de "Escola Estadual Desembargador Jorge Andriguetto" a atual Escola Estadual Progresso no Município de Fazenda Rio Grande-PR, fazemos um reconhecimento ao trabalho desenvolvido por aquele que foi um baluarte da Justiça e do Ensino em nosso Estado.

Desembargador Jorge Andriguetto, filho de Antônio Andriguetto e Lúcia Andriguetto, nascido em 12 de junho de 1925, na cidade de São José dos Pinhais-PR, casado com a Sra. Paulina Magnólia Cenovicz Andriguetto, desempenhou dentro da magistratura os mais altos cargos e funções com amor e dedicação.

A população e a classe estudantil do Município de Fazenda Rio Grande, sentir-se-ão honrados e privilegiados em possuírem no Município um Estabelecimento Estadual de Ensino que leve a denominação de um grande mestre da justiça como o Desembargador Jorge Andriguetto.

Tenho convicção no acatamento do presente projeto de lei pelos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já dizia minha avó lá no Rio Grande do Sul, que, quando não tem cachorro caça com gato e com lebre. Não é, Deputado gaúcho!

Disseram-me que a Casa não pode mais gravar os pronunciamentos que o Deputado Jocelito faz aqui, então, na condição de radialista, improvisei um pequeno gravador aqui, que vai me dar a gravação daquilo que gostaria de colocar no rádio, no trabalho que faço. Mas daí o gravadorzinho dá na mesma coisa. Não sei porque, mas gostaria de deixar esse registro aqui. Não sei por quê? Já que aqui as coisas são "transparentes", pelo menos é o que penso.

Mas, o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro é um caso que nos preocupa em Ponta Grossa. É o fato de estarmos passando por um momento crítico, principalmente no que se refere aos ônibus que estão parados. Há uma greve dos motoristas e cobradores, com a Viação Campos Gerais, e com isso já dois dias a cidade está parada. Então gostaria de registrar nesta Casa, que, devido a essa dificuldade, que o Secretário de Estado, e até faço um pedido especial a ele, posteriormente, por intermédio desta Casa, de que os professores da rede pública do Estado não tenham anotados esses dois, três ou quatro dias em que perdurar a greve, faltas, porque muitos professores não têm como chegar até as escolas públicas para dar as aulas normalmente.

Então, estamos pedindo através do Secretário de Educação e gostaríamos de deixar registrado nesta Casa, de que os professores da rede pública como os demais funcionários do Estado, que não tenham condições de chegar até seu local de trabalho, haja, realmente, esse tipo de ajuda. Porque a situação em que eles se encontram é difícil. Tem professores que moram num canto da cidade e dão aula em outro canto.

Outro assunto que gostaríamos de deixar registrado aqui, é um compromisso de campanha nosso e estamos até, neste momento, colocando à imprensa do Paraná como compromisso público que assumimos na campanha: a prestação de contas daquilo que recebemos como Deputado. Não vim aqui discutir o que cada um deve fazer com o que recebe, respeito a todos aqueles que acham que devem fazer o que acham melhor com seu salário, respeito todas as posições, mas gostaria de deixar registrado, aqui, estou encaminhando também via ofício essa prestação de contas para que fique registrado, nesta Casa, de que realmente cumprimos

aquilo que foi estabelecido em campanha. Porque, inclusive, há um registro em cartório, feito em Ponta Grossa, e agora gostaria que ficasse registrado, nesta Casa, a imprensa já está com uma cópia deste documento também, daquilo que recebemos e para onde foi esse dinheiro que recebemos. É algo que fizemos durante a eleição como promessa política, que faríamos isso, um compromisso - sempre usei essa palavra - e agora estamos fazendo com que a população realmente saiba o que estamos fazendo.

Então gostaríamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de deixar registrado aqui, nesta Casa, a nossa prestação de contas que vou repassar à Presidência e que fica à disposição de toda a comunidade do Paraná como transparência deste Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Falando em nome da Mesa Executiva, na pessoa do Sr. Presidente Deputado Anibal Khury, alertamos o Deputado Jocelito Canto quanto ao sistema de gravação da Casa. Não existem, realmente, ponderações a este ou aquele radialista, existem com assento nesta Casa há dezenas de anos diversos Srs. radialistas.

Mas, tão fácil é ao ilustre Deputado, apanhar o Diário Oficial da Casa e ler no seu programa, que sai transcrito tudo que ocorre durante a reunião ou durante as reuniões plenárias desta Casa.

Acho que, realmente, se a Casa fizer gravações a cada um dos Srs. Deputados, seria difícil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Senhor Deputado Irineu Colombo.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Irineu Colombo, o Deputado Turek e também com satisfação, a Mesa Executiva faz registro da presença entre nós do suplente de Deputado, Dr. Valdir Dalécio, ex-prefeito de Ubatuba, que nos honra com a sua presença neste Plenário.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Mesa Executiva desta Casa.

Faço uso desta tribuna e para lembrar e refletir com os senhores o problema que vai ter em breve repercussão nacional que toca particularmente um setor importante de produção no Paraná, o setor agrícola, o setor agropecuário.

Estará acontecendo amanhã no Município de Barracão, no Paraná, uma grande mobilização dos agricultores, com passeata pela avenida e concentração perto da alfândega que liga ao vizinho país da Argentina, com

máquinas agrícolas. A participação esperada é de aproximadamente 5.000 agricultores. A mobilização que tem as mesmas características acontecerão no Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Xavier. O problema maior que vai ser levantado por esta mobilização é a questão tocante principalmente à comercialização do milho.

Soubemos que o impacto maior para o pequeno agricultor, especialmente da região oeste do Paraná, se dá em cima do preço, da produção leiteira e agora, especialmente do milho.

Para vocês terem uma idéia, o leite "Longa Vida" que está entrando pela Argentina está com preço em torno de 40% mais barato do que a produção nacional, por mais que tenhamos já investido em tecnologia de produção. O problema é que estamos enfrentando um problema de desnível cambial. Segundo, o que os economistas chamam de produção em escala, que têm produtividade e qualidade em condições de competir ferozmente com a nossa produção.

Tem um documento produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos três Estados do Sul, como também pela FETAEP do Paraná.

Diz o seguinte, o documento:

(Lê):

PROBLEMAS NA COMERCIALIZAÇÃO DO MILHO

A produção de milho na safra 94/95 deverá ficar próxima de 34,5 milhões de toneladas, 8% superior ao recorde atingido na safra passada de 31,8 milhões de toneladas. Somando a esta produção os estoques em EGF e AGF, de 5,3 milhões de toneladas mais as importações de 600 mil toneladas, teremos uma disponibilidade interna de 40,4 milhões de toneladas. O consumo nacional deve situar-se nesta safra em torno de 33,35 milhões de toneladas, 8% superior ao consumo do ano passado. O estoque final de passagem para 1996 será de 5,05 milhões de toneladas, 5% inferior ao estoque da safra anterior.

Se a produção está ajustada, por que existe uma baixa generalizada com o início da colheita em fevereiro?

O mês de janeiro praticamente assumiu uma postura baixista em todo o mercado de milho na região Centro-Sul. A pressão vendedora do governo, a entrada da safra nova e as importações forçaram uma baixa sensível no mercado interno. Neste mês de fevereiro, a colheita de nova safra aumentou e a ausência de uma definição do governo em relação aos preços mínimos e a comercialização da safra indica uma previsão de forte baixa, principalmente para março.

Nas regiões de fronteira começam a se detectar pequenas importações com preço do milho de R\$ 4,00 a R\$ 5,00, por saca de 60 kg. Estas importações com milho cotado em R\$ 80,00 a tonelada, com financiamento em

dólares por 180 dias, o que está acontecendo principalmente com o milho vindo do Paraguai, com juros de 7%, agravam ainda mais a situação da baixa do preço do milho.

E aqui abro um parêntese para colocar a questão do MERCOSUL aonde não tivemos competência suficiente, os nossos governantes, para fazer aquela informação mínima necessária ao agricultor e dar estímulo para ele mudar de hábito, porque na agricultura, senhores, não se muda o hábito de um ano para o outro. O agricultor, notadamente, é um cidadão que tem dificuldade no aprimoramento técnico, tem dificuldade na regimentação de recurso para fazer a mudança substancial que precisa e além disto nesse período de transição ele precisa viver, precisa de dinheiro, precisa de recurso, precisa de custeio e isto não aconteceu, não está sendo assinado nem pelo Governo Federal e muito menos pelo Governo Estadual.

Em fevereiro, a região sul está trabalhando com preços pagos aos produtores de R\$ 5,00 e R\$ 50,00, sendo que a previsão para março poderá ser de menos de cinco. Nas regiões mais distantes como o Centro Oeste, o mercado poderá assumir uma postura de preço de R\$ 4,00 a R\$ 5,00 para março e abril, mantendo-se em R\$ 5,00 e R\$ 5,50 em fevereiro. Com os preços mínimos congelados a seis reais e trinta e dois centavos, com a TR acumulada de julho a janeiro de 22%, o preço mínimo, caso fosse reajustado, Srs. Deputados, Sr. Presidente, seria de R\$ 7,74, mas persiste a TR, persiste a política da taxa cambial que remete a questão do MERCOSUL especialmente no oeste e sudoeste do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência, Deputado, pela discussão deste importante tema, hoje, na Assembleia Legislativa.

Ainda na tarde de ontem, estivemos conversando com diversos Deputados aqui presentes e hoje já determinamos ações e providências por parte da Assessoria que temos em nosso gabinete e no Bloco Parlamentar Agropecuário, no sentido de que possamos, a exemplo do que está fazendo neste momento Vossa Excelência, adotar providências e manifestar uma posição de toda a Assembleia Legislativa as nossas autoridades, tanto estaduais e principalmente as autoridades federais, no que diz respeito a agricultura, Ministro José Eduardo e ao Ministro Pedro Malan, da Fazenda, porque realmente é inadmissível a situação em que se encontram os produtores de milho do Estado do Paraná.

O Deputado José Tavares me relatava na

tarde de ontem, uma conversa que havia tido com o Prefeito que representamos aqui na Assembléia, de Cândido de Abreu, terra em que o Deputado Luiz Carlos Zuk, também por muitos anos vem batalhando e defendendo nesta Casa e nos relatava a situação em que se encontra o Município de Cândido de Abreu, inclusive, foi objeto o Município de Cândido de Abreu, de reportagem na Folha Rural, encarte da Folha de Londrina no último sábado. Lá, a situação está mais grave do que na região oeste do Paraná. Os produtores estão vendendo no dia de hoje o milho a menos de R\$ 4,00 na cooperativa e esse milho, para chegar à cooperativa, tem que pagar a debulha, o frete, e o agricultor não recebe ao final descontado o frete e a debulha do milho, ele não recebe sequer R\$ 2,80 por saca de 60 quilos.

Isto, está levando algumas famílias, e existe o relato inclusive de uma família da comunidade Marumbi, distrito de Cândido de Abreu, que abandonou sua lavoura de 7 hectares, 3 alqueires, porque fazendo as contas, viu que não compensaria promover a colheita do milho, já que era uma lavoura com uma baixa produtividade, preferiu abandonar a lavoura sem colher e se transferir para a cidade.

Então, temos realmente que liderar este movimento, a exemplo do que está fazendo Vossa Excelência. Lembro-me da sugestão que fez Vossa Excelência ao Secretário Hermas Brandão, de que talvez uma das medidas que deveríamos adotar em relação a importação de milho, fosse o estabelecimento de cotas para importação, já que estando o Brasil em pleno funcionamento.

No Brasil e nos demais Países, o MERCOSUL, quem sabe a questão tarifária, quem sabe a taxação dessa importação é uma coisa que não fosse interessante; mas sim o estabelecimento de cotas. E nós temos que lutar neste momento, principalmente, para que se libere os recursos para o EGF, principalmente o EGF Cove, empréstimo do Governo Federal com opção de venda para que os agricultores possam financiar esse seu produto, essa comercialização e aguardar o momento oportuno para realizar a comercialização dessa safra de milho.

Falávamos em Cândido de Abreu e vejo que chega aqui agora o Vereador Raimundo Moura, de Cândido de Abreu e o nosso amigo Cupertino que representam aquele município, que são companheiros do Deputado Luiz Carlos Zuk, e que sabe realmente da realidade que vive os agricultores, principalmente os plantadores de milho daquele município. Então, estamos organizando, e teremos o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados, uma pauta de sugestões ao Ministro da Agricultura, José Eduardo, ao Secretário Hermas Brandão, principalmente nesta linha, quem sabe venhamos a

estabelecer cotas para importação deste produto e a liberação imediata de EGF Cove para que possam os agricultores fazer esse empréstimo e aguardar o momento oportuno para comercialização.

E informar, também, que no Vale do Ivaí, mais precisamente na cidade de Apucarana, amanhã, também, estará ocorrendo um movimento de agricultores para colocar a todos nós e ao Brasil a situação que vive a agricultura. Por essa razão, cumprimento Vossa Excelência por dar a nós a oportunidade de levantarmos o problema vivido pela agricultura, em especial dos produtores de milho no Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO - Quero agradecer a contribuição do nobre Deputado e dizer que contempla a reivindicação dos agricultores quando eles pedem no movimento de amanhã, entre outras tantas reivindicações, a liberação de AGF e EGF para que eles possam ter um fôlego aí para fazer girar a sua base econômica, que é a produção de milho.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, levanta o nobre Deputado um assunto de real importância e preocupação a nós paranaenses. Talvez, o Estado que tenha um reflexo dos mais rápidos a respeito do MERCOSUL seja o Estado do Paraná pela sua longa divisa tanto com o Paraguai quanto com a Argentina.

Queria prestar um testemunho colaborando com o seu pronunciamento, hoje pela manhã, conversando com lideranças do sudoeste do Paraná, na região de Dois Vizinhos, Boa Esperança, Cruzeiro do Iguaçu, o preço pago nobre Deputado pelo comércio ao milho do produtor está girando em torno de três reais e oitenta centavos. Se tivéssemos, ainda, no sistema de conduzir o milho da lavoura até o comerciante com pequenos carros, tipo C-10, pois uma carga de milho não seria suficiente para que o dono da propriedade e mais um auxiliar pudesse almoçar no restaurante ou na churrascaria da cidade onde fosse vender.

É sumamente preocupante esse preço de uma saca de milho valer duas carteiras de cigarro. E nós temos, por ter origem de regiões agrícolas, o conhecimento nobre Deputado que sempre se falou: "tulha cheia de milho é colônia forte."

Ora, o agricultor, indiscutivelmente, abandona a plantação de milho se for para vender com todo custo de uma lavoura da pequena propriedade manual se ele tiver que colher para vender por R\$ 3,80.

Parabenizo Vossa Excelência, me solidarizo com a posição do bloco agropecuario, mas alguma coisa tem que ser feita. E

para lhe dar um exemplo, me diziam que a SADIA por exemplo, importou milho do Paraguai ou da Argentina por preço menor que o nosso e com um ano para pagar. Se não tomarmos cuidado com isto, nós liquidamos com a pequena agricultura de milho e produto similares no nosso Paraná e no nosso País. Alguma coisa tem que ser feita, Vossa Excelência levanta um assunto importante, que merece ser discutido e ter uma posição desta Casa para que se reveja essa política agrícola nacional.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado pela colaboração Deputado Caíto Quintana.

Continuo sô para a gente poder colaborar com o raciocínio, os compradores de milho estão tendo, além do preço baixo, do milho paraguaio, eles têm a possibilidade de pagar com um tempo elástico, negociável, se você falar em preço mínimo, hoje ele está fixado em R\$ 6,32, agora, o correto, se você somar o problema da TR tinha que estar em R\$ 7,74, tem esse agravante. Então temos uma defasagem aí, de mais de 50% no preço fora o prazo que eles dão para os compradores nacionais desse produto.

Então, estaremos amanhã participando, e já quero justificar, Senhor Presidente, a ausência minha amanhã, que estarei viajando, urgentemente, para aquela região, convidado que fui de última hora, para levar a solidariedade, quem sabe se autorizado pelos Parlamentares da nossa Casa, a reivindicação dos agricultores que se trata do seguinte:

"1 - Reajuste dos preços mínimos com base na TR, ou em outro índice que reponha as perdas inflacionárias.

2 - Liberação imediata de recursos para AGF ou EGF-COV, para mini e pequenos produtores.

3 - Revisão de alíquotas de importação de todos os produtos agrícolas que afetam diretamente os mini e pequenos produtores."

Aí entra aquela sugestão bem colocada pelo Deputado Orlando Pessuti quando falamos, não podemos mexer na questão das tarifas, não podemos estabelecer cotas para a entrada desses produtos, mesmo porque o Governo já detém cotas armazenadas em AGF e EGF que ele pode fazer uma simetria a esse fator.

"4 - Reescalonamento de todos os financiamentos para o mini e pequeno produtor." Aí entra a questão que na equivalência produto do programa anteriormente chamado Panela Cheia nós tínhamos e temos o preço estabelecido que é o mínimo para o milho, mas no entanto ele não está conseguindo vender pelo mínimo para saldar seus débitos.

5 - Criação de uma linha de crédito para a comercialização da safra.

6 - Continuidade do PROVAPE (Programa de Valorização da Pequena Propriedade), com recursos para custeio e investimento, garantia de compra da produção com prêmio sobre os preços de mercado.

7 - Lançamento de um plano emergencial de combate à fome e de Abastecimento alimentar, com a utilização dos estoques reguladores existentes e dos estoques que serão formados.

8 - Adoção de uma política de reconversão e reestruturação para os produtos afetados pelo MERCOSUL e pela abertura ao mercado internacional".

E para encerrar, queremos colocar que todos os procedimentos do Governo têm que direcionar para que a agricultura seja tratada realmente como setor estratégico, assim como pode ser tratado como a questão da energia elétrica, nuclear, e assim por diante, porque é uma questão de comer, de se alimentar, e isso é uma questão de estratégia, de soberania, para que inclusive tenha barganha internacional, assim como teremos barganha com a manutenção do monopólio do petróleo, como todas as nossas riquezas, a riqueza que a União possui para barganha internacional, e a agricultura tem que estar num desses aspectos, porque industrializar é fácil, se você apenas sentar num banco escolar e conseguir dar a tecnologia suficiente você industrializa, agora, produzir alimentos é uma questão de investir, tratar, cuidar da plantinha para comer, os Países todos estão superando a crise da industrialização, mas a crise alimentar está afetando exatamente os Países que caminharam demais para o setor industrializando, descuidando da agricultura.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e pela atenção dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o PPR. Deputado Cesar Seleme.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na condição de Líder do PPR, venho nessa Tribuna hoje com o prazo esgotando para a formação ou não de Bloco Parlamentar desta Casa; quero deixar bem claro aos nobres Parlamentares que o PPR continuará independente nesta Casa, nesse Legislativo, entretanto continuará dando apoio ao Governador Jaime Lerner, apoiaremos o Governador Jaime Lerner em Plenário, infelizmente o Regimento Interno não contempla que todos os Deputados participem das Comissões.

A posição do PPR é muito clara, no Partido, da Executiva, e o meu companheiro de Partido, Deputado João Techy. Gostariamos muito de participar das Comissões, se o Regimento é falho, a culpa não é dos De-

putados, pode sim, se fazer uma retificação no Regimento Interno que contempla a participação de todos os Deputados nas Comissões, porque na analogia poderíamos aplicar o Regimento Interno da Câmara Federal, onde é previsto e assegurado a participação de todos os Deputados nas Comissões. Porque não poderíamos fazer a nível de Estado? Louvo aqui também o espírito de cordialidade que fomos tratados pelo Governador Jaime Lerner e pelo Presidente deste Legislativo, Deputado Anibal Khury. O Deputado Anibal Khury várias vezes tentou, dialogou com os nossos Partidos, na possibilidade de se fazer um Bloco Parlamentar, mas acredito eu - e o nosso Partido - que perderíamos a identidade política do PPR, e o Partido nosso - o PPR - não são donos, Deputados João Techy e Cesar Seleme; temos uma Executiva, temos que respeitar a decisão do Partido e respeitamos a posição do Partido, como respeitamos também em continuar apoio ao Governador Jaime Lerner.

Acredito eu, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que poderia haver ainda nesse Legislativo, um acordo de Lideranças, permitindo que os Deputados participassem das Comissões, o Regimento são os Deputados que fazem nove Pares, somos nós que fazemos, somos nós que concordamos ou não.

Por isso, o PPR continua aberto para dialogar, para conversar, para participar das Comissões, mas como está previsto no Regimento, com a formação do Bloco, o PPR não concorda.

Sr. Presidente, mais uma vez eu queria agradecer o seu empenho junto com o Governador, na possibilidade do PPR, juntamente com o PSDB - com quem tivemos um diálogo muito amistoso, muito amigável, muito sincero, na presença dos três Deputados e na presença do PSC do Deputado Jocelito Canto também. Mas ficou inviável por esta causa, que perdemos a identidade partidária e não poderemos sacrificar o Partido para apenas formar um Bloco Parlamentar, estamos sim, acompanhando e vamos acompanhar o nobre Governador nas suas mensagens, desde que - como falei na primeira vez - sejam mensagens sociais, honestas e boas para o povo do Paraná. Não nos furtaremos em nenhum minuto à nossa votação, em acompanhar o Governador Jaime Lerner, e tenho certeza, já trabalhei com ele quatro anos, é um homem de muito bom senso, uma equipe técnica responsável de alto nível, mas temos que pensar também a nível de Partido como pessoa jurídica neste Legislativo.

Fica o meu agradecimento aos nobres Pares, e podem estar certos: o PPR - Deputado Cesar Seleme, Deputado João Techy Filho - acompanhará sim, várias vezes e por muitas vezes e se Deus quiser, 100%

das votações com o Governador Jaime Lerner. Conversamos várias vezes também com Deputados antigos deste Legislativo, que entenderam a nossa posição. Expliquei a posição do Partido para o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que, também como Líder Partidário, Líder do Governo, nos entendeu, e acho que o caminho do PPR é um caminho de independência, mas com compromisso com a verdade, com compromisso com o Governador Jaime Lerner.

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. CESAR SELEME - Pois não, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Cesar Seleme, quero dizer, inicialmente, da satisfação de tê-lo como companheiro nosso, neste Plenário, Vossa Excelência que durante o período em que desempenhou a função como Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, foi um dos responsável pela feitura da Lei Orgânica do Município, foi um dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa e teve sempre um trabalho realmente de alta qualificação.

Entendemos perfeitamente a posição tomada pelo seu Partido e certamente não será por isso que não vamos ter uma boa convivência nesta Casa, pelo contrário; Vossa Excelência já disse em alto e bom tom de que o seu Partido, Vossa Excelência, Deputado João Techy vão evidentemente apoiar os bons projetos do Governador Jaime Lerner que, tenho certeza, aqui virão para melhorar a qualidade de vida dos nossos paranaenses, de forma que quero cumprimentá-lo e dizer que será uma satisfação muito grande trabalhar com Vossa Excelência na Bancada dos Partidos de apoio ao Governador Jaime Lerner e a certeza de que faremos um bom trabalho.

Entendemos a posição do Partido, e não podemos interferir. É uma questão do Partido, e temos que nos curvar a esta posição, respeitar acima de tudo e dizer que estamos de braços abertos, estamos todos irmanados para ajudar o Governador Jaime Lerner a governar o Estado do Paraná da melhor maneira possível.

Agradeço e parabênizo de qualquer forma, a sua posição.

O SR. CESAR SELEME - Obrigado, Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo.

Novamente ratifico as declarações anteriores e Vossa Excelência pode estar certo, como Líder do Governo e porta-voz do Governo nesta Casa, o PPR acompanhará

Vossa Excelência e o Governador nas mensagens de votação que forem necessárias para o bem do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SERGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

Queria ressaltar nesta Casa, um fato de muita repercussão na minha Cidade de Foz do Iguaçu, que culminou com a prisão preventiva do Presidente da Companhia Habitacional Fronteira do Iguaçu - COHAFRONTTEIRA, depois da formalização de vários processos na Justiça, depois de uma denúncia do ex-Secretário da Habitação do Estado do Paraná, Cláudio Romanelli e que abalou profundamente a opinião pública e mexeu com milhares de famílias daquela cidade.

Na verdade, o que estava sendo feito, era um crime contra a economia popular, contra as pessoas de baixa renda - sendo ludibriadas, enganadas com a promessa e a proposta de entrega de casas populares para essa população e arrecadando-se vultosas somas através de uma chamada "Poupança do Iguaçu" - a meu ver ilegal e inconstitucional - através da venda de loteamentos irregulares e através de uma grande negociata que foi feita entre diretorias anteriores da Caixa Econômica Federal, Diretoria da Itaipu Binacional, COHAFRONTTEIRA, com a participação - obviamente - da Prefeitura Municipal, envolvendo também os moradores.

Cerca de 2.500 famílias estão hoje desamparadas, desprotegidas, e há um movimento muito forte com o intuito de achar uma solução para essas pessoas, com relação ao seu futuro e à sua moradia, mas o mais grave é o que acontece com cerca de 700 famílias que, enganadas, adquiriram teoricamente e em princípio, a casa da Itaipu Binacional, através da COHAFRONTTEIRA, com o pagamento à vista, e hoje essas famílias que compraram e pagaram à vista pelas casas para com a COHAFRONTTEIRA, se vêem na iminência de perderem o que pagaram com muito sacrifício, se desfazendo de bens, muitas vezes sacrificando o pão do próprio filho para quitar essa casa; e essas famílias estão hoje no abandono, juridicamente numa situação bastante complicada, e é hora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como gestor da coisa pública e preocupado com as questões sociais, interferir também nesta questão. Porque não podemos admitir que centenas de famílias de baixa renda sejam lesadas da forma como estão sendo.

A prisão do Presidente da COHAFRONTTEIRA mesmo que, preventivamente, muito embora haja diversos processos formalizados, é um alento, é uma demonstração de que o Ministério Público e o Judiciário estão agindo em defesa das pessoas mais humildes. Mas não solucionam e não trazem o alento para aquelas famílias desamparadas, aquelas famílias que estão vivendo momentos de muita angústia, de muita agonia porque ninguém sabe qual vai ser o seu futuro.

Quero fazer um apelo também à Caixa Econômica Federal, Superintendência de Curitiba e Presidência, para que cesse - de imediato - as ameaças que está fazendo através de ofícios, de circulares que estão sendo mandadas para os moradores de que se não fecharem o contrato, pagando novamente, conseqüentemente as suas casas junto a Caixa Econômica seriam despejadas ou pagariam multa.

É um escárnio vir, o órgão público federal, justamente o órgão público encarregado de construir e ceder casas para as pessoas de baixa renda através de financiamentos favorecidos, está, hoje, ameaçando de despejo pessoas de baixa renda.

Quero também fazer um apelo à Direção da Itaipu Binacional que participou ativamente desse processo fraudulento, a Diretoria anterior, e que hoje, como Pôncio Pilatos, lava as mãos, jogando aqueles moradores daquelas casas responsáveis pela construção da obra, ao relento, lavando as mãos e dizendo que a responsabilidade para com esse problema é dos moradores com a COHAFRONTTEIRA que está em fase, ao meu juízo, falimentar.

Estamos muito preocupados e pedimos a compreensão da Caixa Econômica e da Itaipu Binacional e também a interveniência do Governo do Estado através da Defensoria Pública, do Ministério Público e órgãos do Governo, COHAPAR, entre outros, para que ajudem a solucionar esse grave problema que estamos enfrentando.

Concedo aparte ao Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra - Nobre colega Sérgio Spada, quero cumprimentar V. Exa., pela sua expressão, e, neste momento, em que nos sentimos felizes por perceber que felizmente o Poder Judiciário consegue romper os grilhões da burocracia processual e mandar para a cadeia pelo menos um dos integrantes dessa quadrilha que não se restringe àquele território de Foz do Iguaçu, mas está alastrado por todo o nosso Estado do Paraná. E muito embora o Poder Judiciário, o Ministério Público, o setor policial e até as associações não tenham medido esforços para combater essa prática delituosa, a verdade é que é imprescindível

uma ação de governo, como V. Exa. ressaltou, porque esses criminosos, infelizmente, contam com uma melhor estrutura que os deixa numa situação favorável diante das vítimas totalmente desarticuladas.

É fundamental ressaltar aí a responsabilidade do Sistema Financeiro de Habitação, que agiu, culposamente, na hora de fiscalizar e há uma culpa civil, administrativa e há também, segundo suspeitas nossas, uma culpa criminal. Porque muitas dessas ações não seriam realizadas se não contasse com a conivência de funcionários do SFH. É estranho a pressa do SFH em proceder essas execuções. É estranha a surdez com que ele se comporta diante do clamor da sociedade, porque ele procura executar contratos, muitos desses contratos estão sendo objeto de discussão judicial e uma discussão que é feita em meio a denúncias de irregularidades gravíssimas envolvendo o próprio Sistema Financeiro de Habitação.

Portanto, no momento em que o Sistema Financeiro de Habitação se apressa em executar esses contratos, suspeitamos que há aí também uma cortina de fumaça para acabar de vez com a investigação que está sendo realizada.

Solidarizo-me com V. Exa. e quero aqui unir ao seu esforço no sentido de podermos conseguir uma ação de Governo para resolver de uma vez por todas o problema, que não é o problema do mutuário, mas é um problema sério, muito maior envolvendo a gestão do Sistema Financeiro de Habitação, envolvendo o interesse dos nossos mutuários como cidadãos.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Deputado Joel Coimbra, profundo conhecedor das questões de interesse popular, uma vez que integrante do Ministério Público e que temos conhecimento, atuou muito em Maringá, sua comarca, justamente em defesa da coletividade.

Obrigado pelo aparte de V. Exa.

Convém ressaltar ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse negócio, que esse contrato como é freqüentemente salientado nas reuniões que têm acontecido entre a Caixa Econômica, Itaípu, com a fronteira e moradores, é um contrato atípico, um contrato feito a quatro mãos para ajeitar, para acertar a situação daquele financiamento que foi feito naquele momento. Quer dizer, totalmente fora das normas do Sistema Financeiro de Habitação.

Convém ressaltar também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este contrato foi firmado justo no momento em que o ex-Presidente, de triste memória, Fernando Collor de Mello, presidia este País, onde sabemos havia uma Diretoria e Superintendência na Caixa Econômica, inclusive aqui no

Paraná, que dilapidou o patrimônio da Caixa Econômica Federal, como também dilapidou o patrimônio do trabalhador que são os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Portanto, vamos solicitar mais uma vez as providências das autoridades responsáveis para solucionar este caso.

O SR. Irineu Colombo - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero prestar um testemunho do fato e até prestar um esclarecimento, dividir com os demais Deputados, a Deputada e à Mesa, o fato que esse cidadão que montou uma cooperativa de habitação em Foz do Iguaçu esteve também no meu município.

O fato é o seguinte: criou-se um tal de Jardim Irene III, pegaram cem pessoas que passaram a depositar o dinheiro na Caixa Econômica Federal, após o recolhimento de seis meses o cidadão simplesmente desapareceu. Procurado que foi por uma Comissão Especial, gentilmente, Comissão Especial da Câmara de Vereadores de Medianeira, negou-se a receber gentilmente para tratar o assunto de uma maneira diplomática. Em seguida apresentamos requerimento e mandamos por AR para depois começar o trâmite judicial para processá-lo. Quando estávamos já em Foz do Iguaçu na Comarca, mandando o processo assinado por cem, seriam futuros mutuários dessa cooperativa no caso, recebemos a boa notícia que o cidadão encontrava-se na ante-sala da polícia de Foz do Iguaçu, algemado, vergonhosamente algemado para ele, para o nosso contentamento. Este testemunho tem que ficar registrado porque também o Município de Medianeira se encontra desamparado, pelo menos cem famílias que contavam já certo no ano passado ter sua residência, seu lar para morar.

Obrigado, Deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Deputado Colombo.

Realmente a atuação dessa cooperativa se estendeu por diversos municípios da região: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaípu, Medianeira, além de outros municípios da região, lesando obviamente gente de todos esses municípios.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Ouçó, ilustre Deputado Sérgio Spada, nobre Líder do PP, o seu pronunciamento nessa tribuna e também ouço aqui as intervenções dos ilustres Deputados Colombo, Joel Coimbra, sobre uma matéria que na verdade é da maior relevância, Sr. Presidente, que é a prisão de um estelionatário

numa cadeia pública do Paraná. Foi um ato que dignificou a justiça paranaense. Agora, na verdade, Srs. Deputados, os Srs. sabem disso, e sabem os Srs. Deputados que por trás desse cidadão, Jorge Castanharo, existem alguns empreiteiros e políticos, aliás, alguns muito influentes não só na região de Foz, mas sobretudo em vastíssimas áreas que chegam até ao Poder da República.

Aliás, acredito até que possamos discutir aqui com o Joel Coimbra e com outros Deputados, talvez fosse o caso, fruto até daquelas denúncias que fizemos do desgoverno do ex-Presidente Collor, que está incluso o fato desta situação aflitiva que estão vivendo as famílias de Foz do Iguaçu, que possamos na verdade até, com um instrumento extraordinário que é uma CPI, de forma absolutamente rigorosa desvendarmos aqueles que freqüentaram as caixinhas de empreiteiros e de cooperativas habitacionais que fez com que na verdade no Paraná víssemos drenar pelo ralo trezentos e cinquenta milhões de dólares que financiaram na verdade a formação de redes de televisão, e também é verdade, muitos que enriqueceram e que até hoje não pagaram nada pelos crimes que cometeram contra a economia do povo do Paraná.

Por isso, Senhor Deputado Sérgio Spada, queria convidá-lo, junto com outros Deputados para nos reunirmos e discutirmos de se propor uma CPI sobre esta questão para que possamos aprofundar as investigações, e quebrando o sigilo bancário, descobrir todos aqueles que se beneficiaram de forma ilícita do dinheiro do povo, que é recurso do FGTS.

Meus parabéns, nobre Deputado, pela forma com que o Senhor aborda um assunto de tanta relevância para o nosso Paraná, porque essa tem que ser uma página que tem que ser virada, porque é uma página negra, mas que nunca mais pode ser escrita na história do nosso Paraná.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o Deputado Romanelli, profundo conhecedor dos problemas do setor de habitação do Paraná, e que conhece tão bem esse caso, foi o primeiro a denunciar formalmente a negociata que se procedia através da fronteira naquela região.

Agradeço também ao Presidente, nobre Deputado Anibal Khury pela condescendência em conceder mais um tempo para concluir o meu pronunciamento. E gostaria também de comunicar a Presidência, em nome da Liderança do PP que essa liderança já formalizou, já protocolou no Protocolo Geral desta Casa a indicação de todos os nomes para compor as comissões técnicas dessa Casa, e gostaria de sugerir ao Senhor Presidente que tomasse a iniciativa de reunir as Li-

deranças, para que essas comesçassem a discutir, além das composições, as direções das respectivas comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

(Declina)

PT com a palavra.

(Declina)

Deputado Belinati com a palavra.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Houve um tempo, e esse tempo ainda está na recordação de muitos, em que dia de pagamento era dia de grande festa na casa do trabalhador, era a criança aguardando com expectativa a chegada do dia do pagamento do pai, e a criança ia somando a aproximação do dia do pagamento, ôba, faltam três dias, dois dias, ôba, vai ser amanhã, vai ser hoje, e no dia do pagamento o pai, carinhosamente chegava em sua casa trazendo para a família e para os filhos alguns presentes, alguns doces, de tal maneira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que me lembro, e não sou velho, que dia de pagamento era verdadeiramente o dia de alegria, de festa na casa do nosso trabalhador.

Hoje, já pude sentir uma mudança brusca, radical. Andando pelos corredores da Assembléia, caminhando em alguns órgãos públicos, o que tive que parar para ver o contra-cheque de funcionários públicos do Estado e também deste Poder, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pasmem, é realmente assombroso o achatamento, o arrocho que o nosso funcionalismo vem sofrendo de vários anos. Não queremos neste pronunciamento debitar a fatura para esse ou para aquele Governo, mas é inegável, incontestável, que de uns anos para cá, o funcionário só não se demite do serviço público, dentro do respeito que esse funcionário tem para com a estabilidade da sua própria família.

Senhor Presidente, pessoas que ganham duzentos, trezentos reais por mês, alguns trabalhando até na área de segurança, se o cidadão, ele próprio não tem segurança, porque está inseguro com o baixo salário que recebe, como é que essa autoridade que está insegura terá condições de oferecer segurança à nossa comunidade, à nossa população. O professor não é diferente, ganhando mal ele sai de casa já nervoso, cabeça quente, caiu na mão do agiota, entrou no crediário, está atolado, já encontrou o cobrador na porta de casa, e ele vai para a sala de aula e acaba não produzindo a contento, e em todas as repartições, seja na Assembléia, seja em todos os órgãos públicos, é inegável que a partir do mo-

mento em que a gente vê o trabalhador mal remunerado, ele produz menos do que a sua capacidade.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vendo a tristeza dos nossos funcionários hoje, cabisbaixos, alguns quem sabe até, queira Deus isso não aconteça, mas até é provável que ocorra, vão chegar em casa e vão acabar brigando com a esposa e com os filhos, porque quando falta dinheiro é aquela encrenca, é a confusão, é o tumulto que ocorre na família do nosso trabalhador.

Estava conversando há pouco com o Deputado Algaci Túlio, que é líder do Governo, com o Deputado Valdir Rossoni, que é líder da nossa bancada, Senhor Presidente, queremos hoje fazer um apelo ao Governador Jaime Lerner, que tem se mostrado preocupado, sensível com os problemas do nosso funcionalismo, Governador Jaime Lerner, que recebeu uma votação maciça, esmagadora, esplêndida, consagradora dos servidores públicos, para que se elegeisse Governador do Paraná, quero aqui como cristão, como pai de família, e vendo o drama que o funcionalismo do Paraná está sofrendo, quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer um apelo ao coração do Governador Jaime Lerner, ao coração daqueles que na sua equipe de governo estão elaborando estudos para que seja concedido o aumento para o funcionalismo, mas que esse aumento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não seja protelado, não deixe o tempo passar, porque com toda certeza se demorarmos para implantar o reajuste para o funcionalismo, muitos não terão fôlego para poder suportar até a chegada de um novo aumento.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era o apelo que fazíamos nesta tarde, no sentido que esse aumento seja concedido com a maior brevidade possível, com muita honra, nosso colega de profissão, brilhante profissional, Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab (Aparte) - Quero ser solidário às palavras do Deputado Antônio Belinati, até porque, Deputado Belinati, fui procurado na semana que passou por uma senhora, esposa de um capitão da Polícia Militar, marido com quase vinte anos de Polícia Militar, ela hoje se vê na condição de vender um automóvel da família, que é uma Brasília, para poder matricular a filha na universidade que passou. Então, a situação realmente é lastimável.

Quero ser solidário às palavras, inclusive apelar para que o Governo reveja com muita atenção e com muito carinho a questão do salário do funcionalismo público, até porque tem uma médica na minha família, que é a minha esposa e que é funcionária do IPE e sei quanto ganha uma profissional na área de saúde, que traba-

lha todos os dias no IPE. Então, a situação realmente é lastimável.

Quero ser solidário mais uma vez à sua pessoa, inclusive adjunto com a sua pessoa, tentar sensibilizar o nosso Governo, a própria Casa, enfim, todos, para que de uma maneira conjunta possamos rever a questão salarial do funcionalismo público. Muito obrigado, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Obrigado, nobre Deputado, pelas palavras e aliás, sua esposa sendo médica do IPE, com certeza ela sabe que o chefe de um núcleo do IPE ganha, Senhores Deputados, para chefiar um núcleo do IPE, cento e noventa e sete reais por mês.

Portanto, Deputado Anibal Khury, Vossa Excelência que tem também esta liderança, este trânsito, esta facilidade de conversar com esse pessoal que está na equipe de Governo, o nosso apelo para que num curto espaço de tempo possamos, Deputado Anibal Khury, voltar a ver o funcionário público sorrir feliz no dia do seu pagamento e não carregar para casa junto com um contracheque, apenas um monte de preocupações dentro daquela inquietação, sem saber qual a conta que ele vai pagar esse mês, qual vai deixar para pagar apenas no pagamento seguinte ou quando chegar o 13º salário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, era esse o nosso pronunciamento e ficaremos na expectativa, no aguardo de que esse aumento seja concedido com a máxima urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

PFL.

PSDB.

Liderança do Governo.

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Anibal Khury, Eduardo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus e Marquinhos Alves, integrantes da Bancada do PTB e do Senhor Jocelito Canto, integrante da Bancada do PSC, constante do expediente, comunicando a criação do Bloco Parlamentar Trabalhista Brasileiro, constituído pelos Partidos do PTB e PSC, nesta Casa de Leis, sob a liderança do Senhor Deputado Nelson Justus. I - A Mesa com base no art. 13 e § 5º, do Regimento Interno, declara constituído o Bloco Parlamentar Trabalhista Brasileiro e determina o registro e publicação; II - A Diretoria Legislativa, para os devidos

fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para membro titular da Comissão de Constituição e Justiça. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Elio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados como membros das Comissões Permanentes desta Casa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para composição da Liderança e vice-Líder e participação nas Comissões Permanentes desta Casa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados nas Comissões Permanentes, na qualidade de Membros Efetivos e Suplentes. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votação em bloco do item 02, Proposição nº 121/94; item 03, Proposição nº 123/94; item 04, Proposição

nº 124/94 e item 05, Proposição nº 125/94, da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia:

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada para votação em votação conjunta das Proposições nºs 123/94 e 125/94.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 123/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 755/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a adotar, nas folhas de pagamento dos servidores inativos, os mesmos códigos de vencimentos, vantagens e descontos dos servidores em atividade.

OF/DTL/SAT nº 036/95

Curitiba, 17.01.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 393/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 755/93, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a adotar, nas folhas de pagamento dos servidores inativos, os mesmos códigos de vencimentos, vantagens e descontos dos servidores em atividade.

Ainda em que pese a preocupação do autor, nobre Deputado Alceu Swarowski, em relação ao assunto, o plano de lei em referência não mereceu acolhimento em razão de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, manifestando-se contrariamente à medida asseverando que a pretensão é de todo injustificada, vez que ela própria, responsável pela gerência da folha de pagamento do Estado, já detém em seu sistema - SIP, toda a codificação necessária para implantações tanto de vencimentos, quanto de proventos do funcionalismo público estadual, e que as referidas codificações terão que ser distintas àqueles servidores da ativa ou aos já atingidos pela inatividade, não só por razões operacionais, como de ordem legal. Em tais codificações, vale frisar, existem as que são utilizáveis tão somente para pessoal em atividade (diárias, ajuda de custo e outras não incorporáveis, não cabendo, portanto, a inclusão desses códigos no processamento das folhas de proventos de inatividade.

Esclarece, ainda, aquela Pasta que, através dos códigos já existentes é possí-

vel verificar-se qual a natureza do benefício que é implantado ou suprimido dos vencimentos ou dos proventos de cada servidor.

Com relação ao atendimento do preceituado no art. 35, § 3º, da Constituição Estadual, conforme está expresso na justificativa do projeto, cabe informar que as revisões de proventos são feitas automaticamente pela própria Secretaria de Estado da Administração.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 755/93, encontra-se publicado no D.A. nº 177/93, de 13.12.93)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 125/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 274/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado, ao Município de Tapira - PR.

OF/DTL/SAT nº 034/95

Curitiba, 17.01.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 274/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapira o imóvel que especifica, destinado à edificação da Casa da Cultura e Biblioteca Municipal daquela localidade.

Embora louvável a intenção do autor, nobre Deputado José Durval Mattos do Amaral, o plano de lei em causa não pôde ser acolhido pelo fato de que o referido imóvel poderá vir a ser ocupado pelo Estado, para a instalação de órgãos de sua própria administração, não sendo conveniente, portanto, a pretendida doação ao município.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 274/94, encontra-se

Curitiba, terça, em 07.03.95

publicado no D.A. nº 94, de 08.08.94)

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes da votação, gostaria de solicitar de Vossa Excelência que procedesse uma solicitação em nome desta Casa, para o cumprimento da Lei nº 8.358, votada por este Poder e hoje, também, como parte do dispositivo constitucional, de que as licitações e concorrências procedidas pelos demais Poderes, sejam enviadas a esta Casa de Leis para acesso dos Senhores Deputados, num prazo de 30 dias, para que nós possamos, como Parlamento, ter conhecimento das peças de licitações, conforme determina a lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A questão de ordem levantada pelo Deputado Caíto se refere à Lei nº 8.358?

Deputado, realmente existe esta lei em vigor que está sendo cumprida parcialmente. A Mesa não tem recebido dos órgãos responsáveis, os processos dos quais a lei determina. O que a Mesa tiver aqui, vai encaminhar aos Senhores Deputados, mas vai determinar ao Senhor 1º Secretário que proceda o envio desta lei a todas as repartições públicas do Estado, Administração Direta e Indireta, Autárquica ou vinculadas, para que cumpram a Lei nº 8.358 no menor prazo possível.

O Senhor 1º Secretário vai proceder o envio imediato do inteiro teor da lei a todas as repartições públicas do Estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 50 (cinquenta) Senhores Deputados.

Designo Comissão constituída pelos Deputados Jocelito Canto, Edno Guimarães e Marcos Alves, para comporem a Comissão Es-
crutinadora.

(Pausa)

Pela manutenção do veto: 24 (vinte e quatro).

Pela rejeição do veto: 26 (vinte e seis).

Estão mantidos os vetos nºs 123 e 125/94.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 120/94, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 329/94, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que altera o art. 2º, da Lei nº 9.886, de dezembro de 1991, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automoto-

res - IPVA.

Sobre a referida proposição, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 120/94.

OFÍCIO DTL/SAT/nº 030/95

Curitiba, 17.01.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 326/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 329/94, por julgá-lo desnecessário e contrário ao interesse público, tendo em vista tratar de matéria já definida pela Lei nº 11.017, de 28 de dezembro próximo passado, uma vez que a pretendida isenção do IPVA já está por ela concedida.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 329/94 encontra-se publicado no D.A. nº 147/94, 1ª Discussão, de 08.12.94.)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 121/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca FIAT, Modelo AD-14, ano 1975, conforme especifica.

Sobre a referida proposição, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 121/94.

OFÍCIO DTL/SAT/nº 031/95

Curitiba, 17.01.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 423/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos

adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira que especifica, que se encontra cedido àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso nº 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Ainda em que pese a intenção do autor, nobre Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento em face de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes, através do D.E.R., manifestando-se contrariamente à pretendida doação, asseverando que a matéria deverá ser reavaliada somente após o término da cessão, que durará até 11 de novembro de 1995, quando, então, estará em condições de analisar a necessidade do retorno do equipamento às atividades operacionais do órgão. Informa, ainda, aquela pasta que, procedida a necessária vistoria na referida máquina, não foi declarada sua inservibilidade, fato que também impede sua doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 423/94 encontra-se publicado no D.A. nº 145/94, de 07.12.94.)

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 124/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo.

Sobre a referida proposição, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 124/94.

OFÍCIO DTL/SAT/nº 035/95

Curitiba, 17.01.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 258/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 423/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de

São João do Triunfo o imóvel que especifica, para uso de sua administração, conforme aduz em sua justificativa.

Ainda que louvável a intenção do autor, nobre Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, o plano de lei em referência não pôde ser acolhido em face de informação prestada pela Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, no sentido de que não é aconselhável a pretendida doação, pelo fato de que o próprio Estado poderá vir a utilizar o questionado imóvel, para instalação de órgãos de sua administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 197/94 encontra-se publicado no D.A. nº 67/94, de 30.05.94.)

A Mesa comunica que o prazo para as indicações das Comissões Permanentes termina na data de hoje, às 18:00 horas. Na hipótese que a Assembléia não esteja funcionando com o Plenário, o requerimento para indicação poderá ser encaminhado ao Protocolo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**) - Vossa Excelência comunica a formação do Bloco Parlamentar Trabalhista, formado por quais Partidos? Quantos membros?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - PTB e PSC. Seis membros. Sob a liderança do eminente Deputado Nelson Justus.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 218 a 228, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Encaminhe-se na forma requerida.**

Requerimento nº 229, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 230, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 231, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 232, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 233 e 234, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Di-

retoria Legislativa.

Requerimento nº 235, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 239, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o requerido.**

Requerimento nº 240, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Discutir**) - Esclarecemos que tal missão empresarial contará com a presença de mais de quatrocentos empresários do Paraná.

Outrossim, solicitamos que, a convite dos organizadores do evento, além dos empresários convidados, também o Governador Jaime Lerner fará palestra no VI Seminário Brasil-Alemanha.

Esperamos que esta colenda Casa aprove o Requerimento.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**) - Com a constituição do bloco enunciado por Vossa Excelência, os cálculos serão divulgados quando?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Após o término das indicações às dezoito horas, amanhã, ao início da Sessão, confirmando as indicações, e certos resultados indicaremos ao início da Sessão de amanhã.

Tenho o cálculo em mãos, mas prefiro ainda fazer uma verificação e anunciar isso amanhã, como já disse no início da Sessão.

Requerimento nº 202, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 248, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa registra a visita do Vereador de Londrina, Moisés Leônidas de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 127/94.

Levanta-se a sessão.

E D I T A L D E C H A M A M E N T O

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA N° 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2°, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, indicada em Processo Disciplinar por Infringência ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão